

O que os países em desenvolvimento pedirão ao FMI e ao Bird

O "grupo dos 24" continuou reunido ontem em nível técnico para preparar o esboço do comunicado cuja redação final os ministros (ou substitutos) dos países em desenvolvimento definirão na sua reunião de hoje, na sede do Fundo Monetário Internacional. O comunicado conterá posições comuns a serem defendidas nos encontros do comitê interino do FMI e do comitê de desenvolvimento do Banco Mundial, a partir do dia 17.

Além de reivindicações que vêm sendo inutilmente repetidas ao longo dos últimos anos, o "grupo dos 24" pretende recomendar ao comitê de desenvolvimento que crie um grupo de trabalho para descobrir modos de se aliviar a carga da dívida externa dos países em desenvolvimento. O próprio comitê de desenvolvimento do FMI e do Banco Mundial (o comitê interino é exclusivo do FMI) foi criado há dez anos exatamente para tratar da transferência de recursos reais para os países em questão. Desde então, segundo seus críticos, tornou-se um cemitério de boas intenções. Portanto, é difícil avaliar por antecipação a relevância do novo organismo que se pretende criar, se é que a idéia será aceita.

Nos documentos preliminares do "grupo dos 24" lamenta-se a complacência de alguns círculos

diante da crise da dívida externa, que o grupo não considera superada. O "grupo dos 24" provavelmente dirá também hoje, no texto final de seu comunicado, que os países em desenvolvimento não devem ser aliados de uma eventual reunião de alto nível para tratar dos problemas monetários internacionais. Dará assim uma resposta à sugestão americana de que, em vez de uma ampla conferência mundial para discutir a reforma monetária, promova-se simplesmente um encontro do grupo das dez principais nações ricas. Os Estados Unidos e seus pares definiriam que pequenos acertos seriam realizados no sistema, já que na opinião do Tesouro ele não precisa de reforma.

A proposta americana teve por objetivo, aparentemente, esvaziar as recomendações que a França vem fazendo há muito tempo no sentido de que se convoque uma conferência ampla, das proporções da de Bretton Woods, ocorrida há quarenta anos. Os países em desenvolvimento apóiam a tese francesa e solicitaram a conferência no seu comunicado do ano passado.

A respeito da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos, que o presidente do Banco Mundial pretende criar, parece haver muito mais votos a favor do que contra. Mas ainda é cedo para se dizer o

que os ministros dos países em desenvolvimento farão. A agência, mais conhecida pelas iniciais do nome em inglês (Miga), teria por tarefa garantir contra riscos políticos os investimentos privados estrangeiros nos países pobres. O Brasil tem-se oposto à idéia, que ocupou a maior parte dos debates de ontem no "grupo dos 24".

O comunicado final do grupo deverá também solicitar, além do aumento da ajuda oficial e das agências multilaterais de desenvolvimento, uma nova alocação de Direitos Especiais de Saque (DES), a moeda escutural do FMI. O quarto período de alocação começou em 1982 e termina em 1986. Até agora, o comitê interino não encontrou o consenso necessário para distribuir incondicionalmente recursos que o FMI criaria. Os Estados Unidos julgam que a iniciativa seria inflacionária.

De 1970 a 1981, o FMI distribuiu 21,4 bilhões de Direitos Especiais de Saque aos membros. Os países em desenvolvimento têm reivindicado uma nova distribuição anual de 15 bilhões de DES para 1985 e 1986. Gostariam também que se aprovasse o mais cedo possível uma alocação idêntica para os quatro anos seguintes.

Dinheiro novo

Um executivo de um dos gran-

de bancos americanos disse ontem que o meio bancário internacional tem trocado opiniões e informações sobre se o Brasil vai ou não precisar de novos empréstimos de seus credores privados este ano.

O executivo calcula que a balança de pagamentos em conta corrente do Brasil em 1985 mostrará um buraco, para o qual não há financiamento externo previsto, de US\$ 2 bilhões, de um total de US\$ 3,8 bilhões de déficit. A diferença entre 3,8 bilhões e 2 bilhões seria preenchida por financiamentos de organizações multilaterais, fornecedores etc.

Mas a fonte disse também que alguns de seus colegas de outros bancos estimam as necessidades de dinheiro novo do Brasil em US\$ 3,5 bilhões. Evidentemente, o Brasil poderia querer usar suas amplas reservas em vez de solicitar empréstimos dos bancos, e suas necessidades dependerão de seu saldo comercial.

Por enquanto, os banqueiros dizem que não receberam qualquer pedido das autoridades brasileiras. E se recebessem? O executivo respondeu: "Os bancos farão o que for necessário". Mas só disse isso depois de enfatizar que as resistências no meio bancário são profundas.

(A.M.Pimenta Neves)